



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

ufma.br

🐦 f 📷 flickr
@ufmaoficial

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Estrutura Institucional do Órgão

A estrutura institucional da Universidade Federal do Maranhão é composta por duas Unidades Orçamentárias (UO): 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão e 26394 -Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, sendo ambas vinculadas ao MEC.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Fundação Universidade Federal do Maranhão são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações de todos os órgãos vinculados ao MEC, tanto da administração direta (secretarias finalísticas e institutos de educação especial) quanto da indireta (universidades, institutos de educação profissional e tecnológica, de pesquisas e avaliação e empresas públicas); e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal(SIAFI), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF); V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA, que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de

Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o MEC faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no MEC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do Órgão.

Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais.

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e a fixação das despesas são feitas com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária.

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à

arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”.

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial e sua relação com o Balanço Financeiro e com as Demonstrações das Variações Patrimoniais e de Fluxo de Caixa

Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Teve um decréscimo de pouco mais de R\$ 5.298.000,00 no valor dessa conta, fato esse decorrente de conciliação com o Relatório de Movimentação do Almoxarifado, e também devido a pouca aquisição de materiais no ano de 2019. Interessante ressaltar que parte desse estoque não estava sendo baixado como despesa haja vista o não envio, por parte do setor de Almoxarifado, do Relatório de Movimentação de Almoxarifado - RMA à medida em que os departamentos solicitaram os materiais de consumo (expediente) para aquele setor.

Créditos a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relacionados, principalmente, com: (i) Créditos não tributários; (ii) transferências concedidas; e (iii) empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, devem ser contabilizados.

Existe um valor irrisório lançado indevidamente no setor de liquidação. Esse valor, na verdade, compreende um direito a receber a curto prazo e será objeto de ajuste posteriormente.

Investimento

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo. As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. No âmbito do desse Órgão, não há essa categoria de investimentos.

Analogamente aos direitos a receber a longo prazo, consta um pequeno valor na conta de investimento permanente no qual será reajustado oportunamente. Esse valor foi apropriado indevidamente no ato da apropriação de despesa pelo setor de liquidação.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do ÓRGÃO em 2019 totalizavam quase R\$ 175 milhões, incluindo o valor da depreciação acumulada, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado a seguir.

ÓRGÃO 26272 - Bens Móveis - Composição

Mês Lançamento	2019	2018
CONTA CONTÁBIL	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)
Máquinas, Apar., Equipamentos e Ferramentas	118.049.515,77	116.216.843,19
Bens de Informática	38.132.622,18	37.514.542,32
Móveis e Utensílios	30.055.891,90	29.816.008,24
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	22.249.491,22	20.854.235,74
Veículos	18.609.341,65	18.825.626,73
Peças e com juntos de reposição	0,00	25.406,75
Bens Móveis em Andamento	12.366.113,01	12.769.816,05
Bens Móveis em Almoxarifado	114.800,00	0,00
Demais Bens Móveis	8.313.045,05	8.302.779,05
Depreciação / Amortização Acumulada	(72.500.881,72)	(63.434.242,50)
Total	174.389.939,06	180.891.015,57

O item Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, já considerando o valor depreciado, representa 67% dos Bens Móveis da Entidade. Cabe destacar que nesse item está incluso a conta - Equipamentos/Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares, e é decorrente de aquisições realizadas pelo Hospital Universitário. Este volume expressivo se justifica pelo fato de a UFMA manter em sua estrutura além do Hospital Universitário, os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, entre outros ligados à área de saúde.

Não houve variação relevante ocorrida nas demais contas, exceto em relação à conta Veículos na qual houve redução de um pouco mais R\$ 200.000,00, fato esse explicado principalmente pelo sinistro de 2 veículos ocorridos no início desse ano. Os Bens Móveis em Andamento não sofreram alteração de valor e são decorrentes de equipamentos importados, os quais ainda não foram reclassificados para a conta contábil específica considerando que o Setor de Patrimônio ainda não enviou a especificação dos equipamentos para o Setor Contábil.

A Depreciação/Amortização dos Bens Móveis é realizada mensalmente desde meados de 2017, quando esse Órgão passou a utilizar um Sistema de Controle Patrimonial, passando a partir desta data a realizar as respectivas depreciações e envio da memória de cálculo para o Setor Contábil para fins de lançamento no SIAFI.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do ÓRGÃO UFMA em 2019 totalizavam mais de R\$ 608 milhões - já levando em consideração a depreciação acumulada - e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado a seguir.

Bens Imóveis - Composição

Lançamento	2019	2018
Conta Contábil	Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)
Bens de Uso Especial	397.672.358,91	397.512.858,65
Bens Dominicais	502.756,95	502.756,95
Obras em andamento	221.722.655,42	220.773.101,59
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	31.483,92	31.483,92
Instalações	4.818.834,93	3.802.501,18
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(15.806.454,65)	(10.204.483,07)
Total	608.941.635,48	612.418.219,22

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário são constituídos de Imóveis Residenciais/Comerciais, Terrenos/Glebas, Imóveis de Uso Educacional, Edifícios, Hospitais entre outros. Os Imóveis de Uso Especial totalizavam em 2019 o montante de quase R\$ 398 milhões e correspondem a 65% de todos os Bens de Imóveis do Órgão. Dentre as variações de maior representatividade, merecem destaque a Depreciação que, como exposto acima, só veio a ser contabilizada nessa universidade a partir de julho de 2017.

Cabe informar que a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento solicitou a regularização de inconsistências de saldos de Bens Imóveis de Uso Especial. Existem Imóveis deste Órgão que estão contabilizados em contas inadequadas e com valores desatualizados por falta de reavaliação dos bens.

Essas e outras situações que vêm provocando divergências entre os sistemas SPIUnet e SIAFI, bem como as providências de regularizações requeridas pela SPU/MP, foram divulgadas de maneira detalhada para todos os órgãos/entidades vinculados ao MEC. Deste modo, após a realização das devidas regularizações de saldos, será possível apresentar Informação Patrimonial consistente até o final do exercício de 2020.

As Obras em Andamento no valor de mais R\$ 220 milhões referem-se aos bens imóveis em fase de construção ou já construídos, mas ainda pendentes de registro ou de Termo de Conclusão da Obra.

Cabe informar que o cálculo de Depreciação Acumulada de Bens Imóveis é de responsabilidade do Setor de Patrimônio e essa conta foi a que obteve um maior percentual de aumento nesse subgrupo e que, após a apuração do respectivo valor, será repassado para o Setor de Contabilidade para confirmação do lançamento contábil. O valor da Depreciação Acumulada de bens imóveis cadastrados no SPIUNET foi realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade conforme dados repassados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

O Órgão possui ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são amortizados, mas que está providenciando o cumprimento dos requisitos necessários para realização de testes em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

O Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres,

classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 2019, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir desse ano.

Ainda há muita dificuldade no gerenciamento desses ativos, bem como em efetuar testes de impairment, por não haver sistemas de controle adequado para que possa efetivamente cumprir com todas as premissas previstas no PIPCP.

No intangível, destaca-se o item Softwares com Vida Útil Definida, que representa quase 92% do grupo em 2019. Do total de softwares com vida útil definida, 100% está alocado na Universidade Federal do Maranhão. Grande parte desse intangível está representada por software de banco de dados e sistema de desenvolvimento de sites e portais. O Hospital Universitário não possui intangível. Destaca-se, nesse período, um valor de R\$ 47.900,00 em Software com Vida Útil Indefinida, que até o exercício de 2017 não apresentava nenhum software dessa categoria.

Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações do MEC são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e assistenciais a curto prazo.

Todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo são referentes à provisão de férias e décimo terceiro salários de pagamento da folha de pessoal, e foram todas baixadas pelo período de competência até o encerramento do exercício. Destaca-se que Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Fornecedores e Credores Nacionais

Em 2019, o Órgão apresentou um saldo de mais de R\$ 6 milhões, relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, representando uma redução de quase 25% em comparação com o final de 2018, sendo que o total desse valor refere-se à Obrigações a Curto Prazo. Verifica-se que todo o valor com Fornecedores e Contas a Pagar refere-se aos Fornecedores Nacionais com exigibilidades a curto prazo, que representa 100% do total a ser pago.

O quadro a seguir apresenta a evolução da composição de Fornecedores e Contas a Pagar, segregando essas obrigações em a curto prazo e nacionais.

Fornecedores e Contas a Pagar

Lançamento	2019	2018
Conta Contábil	Saldo R\$	Saldo R\$
Curto Prazo	6.150.164,36	8.120.455,99
Nacionais	6.150.164,36	8.120.455,99
Total	6.150.164,36	8.120.455,99

Do total da dívida do Órgão, em 2019, mais de 70% é referente a obrigação de pagamento da Universidade Federal do Maranhão. No exercício de 2017, a dívida do Hospital Universitário representava apenas 12% do total do passivo do Órgão, sendo que até dezembro de 2018 esse percentual caiu para menos de 2%. Entretanto, a partir de 2019 houve um substancial aumento dessas dívidas no Hospital Universitário decorrente de liquidação de despesas nesse exercício. Dentre os fornecedores de maior representatividade desse passivo, está a FUNDACAO JOSUE MONTELLO e a FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE.

Obrigações Contratuais

No final de 2018, a instituição apresentou um saldo de mais R\$ 130 milhões relacionado a obrigações contratuais, referentes às parcelas de Contratos em Execução as quais serão executadas futuramente. No quadro abaixo, estão segregadas essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 94% do total das obrigações assumidas por este Órgão.

Obrigações Contratuais: Composição - Órgão

<i>Obrigações Contratuais</i>	<i>2019</i>	<i>2018</i>
Aluguéis	952.036,02	1.052.433,83
Fornecimento de Bens	9.872.787,50	9.872.787,50
Seguros	4.072,50	4.072,50
Serviços	186.797.626,63	119.902.033,96

Referências com o Balanço Financeiro e com as Demonstrações das Variações Patrimoniais e de Fluxo de Caixa

O Saldo Patrimonial do final de 2019 no valor de R\$ 587.717.204,12 (Ativo Real Líquido) corresponde à diferença entre o Ativo Real (Ativo Financeiro + Ativo Permanente) e o Passivo Real (Passivo Financeiro + Passivo Permanente).

Nota-se que a conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” tem o saldo vinculado ao resultado do Balanço Financeiro, que consta um valor de R\$ 65.233.724,66 no “Saldo para o Exercício Seguinte” na aba Dispêndios do citado Balanço.

Adicionalmente, a conta Resultado do Exercício no Balanço Patrimonial tem origem da Demonstração das Variações Patrimoniais, que obteve um Resultado Patrimonial Negativo de R\$ 178.357.822,14. Esse déficit da Demonstração das Variações Patrimoniais está relacionado com a diferença das variações patrimoniais aumentativas (Receitas Patrimoniais) e das variações patrimoniais diminutivas (Despesas Patrimoniais).

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. É elaborada utilizando-se contas de Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, de acordo com as naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e sub funções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas necessárias para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidenciou as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos. A soma desses três fluxos correspondem a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do

exercício anterior, sendo que esse saldo compõe o saldo de caixa no Balanço Patrimonial que nesse exercício correspondeu a R\$ 65.233.724,66.

Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário e sua relação com o Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Balanço Orçamentário é uma das demonstrações contábeis que deve ser elaborada pelos órgãos públicos ao final de cada exercício financeiro e estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Pode-se dizer que essa demonstração é de grande importância para o usuário, pois várias informações a respeito do planejamento e execução das receitas e despesas orçamentárias, origem e aplicação de empréstimos, utilização de recursos advindos de anos anteriores, restos a pagar inscritos no exercício e execução dos anos pretéritos, capitalização ou descapitalização dos recursos são advindas da análise do Balanço Orçamentário

Receitas

No âmbito do orçamento, não há preocupação de se caracterizar como receita aquele fato que gera reflexo positivo no patrimônio líquido, mas sim todos os recursos auferidos pelo órgão para custear obrigações. A receita evidenciará a arrecadação ocorrida que não se refira a nenhum tipo de entrada compensatória.

Logo, a receita sob o enfoque orçamentário será registrada como ocorrida no momento de sua arrecadação. As entradas de recursos financeiros no órgão que não deverão ter o reconhecimento orçamentário são as entradas compensatórias, como cauções, retenções em folha de pagamento etc., e têm a característica de não constituírem fonte de recurso para financiar ações orçamentárias. Destacaremos nos parágrafos seguintes os principais fatos referentes à realização das receitas orçamentárias no período referenciado no Balanço Orçamentário

Em 2019, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$7.180.624,28, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 920.744.035,34, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 913.563.410,76.

Essa disparidade pode ser justificada porque a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária) registrados do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos. Portanto, o total das disponibilidades financeiras R\$ 1.083.978.048,33(Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas - dependentes do orçamento), são suficientes para atender às despesas pagas de 2019.

Analisando-se as receitas atualizadas de 2019, verifica-se que as receitas correntes tiveram uma arrecadação de 53,41% do total previsto para o ano. São da categoria econômica “Receitas Correntes” as que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

Verifica-se que as arrecadações, em termos monetários, tiveram toda concentração nas Receitas Correntes, uma vez que não houve arrecadação de Receita de Capital.

Em termos percentuais, a maior arrecadação refere-se à receita de serviços com 83,% do valor total de receitas arrecadadas até o final de 2019. Entretanto, a de menor percentual refere-se a receita do grupo transferências corrente com 2,20% do total.

A receita de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado refere-se à receita de aluguel de cantina, restaurante universitário, loja, sala para eventos e auditório; a de Valores Mobiliários refere-se ao rendimento de poupança do órgão; a de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais refere-se à venda de livros e periódicos, 2ª via de carteira de restaurante, estudantil e da biblioteca, e diploma de expedido pela universidade; a de Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais refere-se a multas aplicadas a fornecedores; e a de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos refere-se a devolução de salários e ressarcimento de salários de pessoal cedido.

Levando em consideração o percentual de receita por categoria econômica arrecadada em relação à previsão atualizada, temos que o maior percentual de arrecadação foi da receita do grupo “outra receitas correntes” cujo percentual foi de 644,82%, ou seja, uma arrecadação de quase sete vezes maior que o valor previsto para ser arrecada durante o ano. Os outros grupos de receita ficaram em percentual na faixa menor que 100% do valor total previsto, sendo que a “transferência corrente” é a que tem a menor percentual de realização com 4,17% do total da previsão.

Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

No âmbito do orçamento, não há preocupação de se caracterizar como despesa aquele fato no qual gera reflexo negativo no patrimônio líquido, mas sim todo comprometimento de dotação para custear suas obrigações. Além disso, todas as saídas compensatórias de recursos financeiros, tais como cauções, retenções em folha de pagamento, etc., não deverão ter reconhecimento orçamentário com despesas.

Nesse Balanço está demonstrado a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

A Dotação Atualizada demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionam a atualização da despesa, apresentará os mesmos valores da Dotação inicial. Adicionalmente, a coluna Despesas Empenhadas demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas e pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Em referência à categoria econômica, considera-se Despesa Corrente as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital; e Despesa de Capital, as que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Pela análise, temos que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais das despesas correntes teve uma execução de 96,71% do total previsto. Esta execução foi maior quando compara ao exercício de 2018 pelo fato de estar relacionada ao aumento de pagamento de sentenças judiciais, tanto de ativo e inativos, para o ano de 2019. Adicionalmente, mas em proporção maior, está a execução do grupo outras despesas correntes com um percentual de 117,47% em comparação com o total previsto para o ano. Já analisando o total das despesas nesse ano, percebe-se que o maior percentual está relacionado à despesas com pessoal com 81,52% e em segundo lugar permanece as “outras despesas correntes” com 17,38%, e por último encontra-se os “investimentos” com um percentual um pouco maior que 1%.

Em relação à composição do grupo de Outras Despesas Correntes (exceto gasto com folha de pagamento) com os elementos de despesa mais recorrentes, e o grupo Investimentos, verifica-se que o maior volume de gastos de despesas correntes (despesas empenhadas) se concentra nos dois últimos elementos de despesa, Locação de Mão-de-Obra e Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, respectivamente.